



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho
Brasil

Kimiko Noma, Amélia; Carmo Lima, Aparecida do
Política educacional no e do campo: práticas educativas em agroecologia no MST/PR
EccoS Revista Científica, vol. 12, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 141-158
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71518577008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

POLÍTICA EDUCACIONAL NO E DO CAMPO: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM AGROECOLOGIA NO MST-PR

Amélia Kimiko Noma*

Aparecida do Carmo Lima**

*Doutora em História – PUC-SP; Docente do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – UEM. Maringá, PR – Brasil. aknoma@uem.br

**Graduada em Pedagogia para Educadores do Campo – Unioeste; Mestranda em Educação – UEM. Maringá, PR – Brasil. cidaems@gmail.com

Neste escrito, é abordada a mobilização de sujeitos coletivos do campo por políticas sociais públicas de educação, resultantes da práxis dos Movimentos Sociais do Campo na luta pelos direitos às condições materiais para a produção da existência e a apropriação do conhecimento histórico. O objetivo é investigar a política educacional do campo, concretizada em cursos formais, na modalidade de Pós-Médio, Ensino Médio Integrado e Tecnólogo em Agroecologia, com subsídio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Para tanto, investiga-se a prática educativa em agroecologia dos centros/escolas de formação vinculados ao MST/PR. Argumenta-se que as referidas práticas educativas têm possibilitado a formação política e técnica para que estudantes e egressos contribuam na organização da produção agropecuária e agroecológicas nas áreas de reforma agrária e de comunidades camponesas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação pública. Formação em agroecologia. Movimento social e educação. Políticas educacionais do campo.

1 Introdução

Neste texto, abordam-se ações promovidas pelos sujeitos coletivos do campo na busca pela efetivação de políticas sociais públicas de educação nas áreas de reforma agrária e de comunidades do campo. Tais ações constituíram-se em importantes mobilizações que influenciaram a construção de centros/escolas de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Paraná (MST/PR), em específico, para a organização do trabalho pedagógico e a concretização de práticas educativas em agroecologia.

Utiliza-se, nesta pesquisa, o método histórico e dialético, por possibilitar apreender aspectos da totalidade do modo de produção capitalista, a fim de compreender uma determinada realidade em particular. São concebidas as relações sociais e a correlação de forças das classes sociais no campo brasileiro como condição para analisar a singularidade das práticas educativas em agroecologia do MST/PR, e como uma das dimensões estratégicas que se somam na construção de um Projeto Alternativo do Campo e contrário à lógica do capital.

O objeto em estudo é abordado em estreita vinculação com as relações sociais que se configuram na sociedade brasileira no presente contexto. Entende-se que tal objeto resulta das contradições da produção da vida material dos sujeitos do campo. Essa compreensão faz-se necessária para investigar processos formativos na luta pela emancipação humana desenvolvidos na materialidade das práticas educativas em agroecologia do MST/PR.

O objeto tem raízes no Movimento Social Popular do Campo (MSPdoC) – do qual faz parte o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) –, cuja ação política na luta pela terra se articula à luta pela educação escolar e pela educação no sentido amplo, enquanto processo formativo na perspectiva da transformação social.

No Brasil, em meados dos anos 2000, os sujeitos pertencentes ao MST compreenderam a necessidade de construir processos socioeconômicos no campo fundados em novas relações sociais entre os homens e do homem com

a natureza. Uma das iniciativas desse movimento social é a luta pelos direitos às condições necessárias para a produção da existência e a apropriação do conhecimento sistematizado historicamente (LIMA, 2008).

O movimento social – MST/PR propôs a organização do trabalho pedagógico, nas práticas educativas, articulado com o processo de formação humana. Ele tem assumido a educação de classe, coerente com o projeto político do MST, na perspectiva de formar sujeitos sociais, que, mediante intervenção mais consciente na prática social, possam engajar-se no compromisso com a transformação social.

Nos espaços de reforma agrária, em consonância com a práxis política e organizativa dos sujeitos sociais pertencentes a esse movimento, propõe-se e constrói-se a organização da produção, do trabalho e da educação, buscando materializar uma socialização protagonizada pelos próprios sujeitos. Nesses espaços, vivenciam-se as tensões, contradições e possibilidade da constituição de processos socioeconômicos emancipatórios. Cumpre ressaltar que a emancipação humana tem como condição a superação das relações sociais baseadas em classes. Ela é uma condição histórica a ser construída, é a necessidade histórica que direciona para a superação das relações de produção capitalista.

2 Movimento Social Popular do Campo e a luta pela educação

No capitalismo, há a negação aos meios de produção necessários para a existência dos sujeitos do campo em razão da apropriação da terra que é transformada em propriedade privada da classe dominante. Ao ser negado o direito da terra, nega-se também a possibilidade do trabalho necessário para a produção das condições materiais e imateriais.

Na sociedade brasileira, o dilema é histórico e doloroso. Desde que o capitalismo se expandiu e se apropriou do campo brasileiro, a questão agrária

tem-se assentado sobre a propriedade privada da terra, cujo fundamento é a exploração do trabalho, inicialmente do trabalho escravo e, posteriormente, no processo tardio, do assalariado.

Em pleno século XXI, os trabalhadores do campo lutam por condições materiais e culturais dignas, que lhes foram negadas por muitas gerações. Esse é um dos fatores de resistência desses sujeitos históricos, que não tem permitido uma completa proletarização de seu trabalho. Sempre houve movimentos de oposição à lógica do capital; entretanto, a partir da metade dos anos de 1980, em particular, os trabalhadores do campo, organizados em movimentos sociais, inserem na agenda política brasileira a luta pela distribuição da terra, da renda e da riqueza material e imaterial.

No contexto histórico em presença, o projeto hegemônico de desenvolvimento para o campo tem-se articulado com o capital financeiro internacional, por intermédio das empresas transnacionais, que passaram a controlar o mercado agrícola e também os recursos naturais. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro não alterou a estrutura fundiária, não interferiu na distribuição de terra e de renda, mas provocou a expulsão de levadas de trabalhadores do campo para a cidade. Nas estruturas agrárias, foi intensificado o investimento do capital, ocorreu expansão da mecanização agrícola e deu-se a subordinação da agricultura à indústria. (SILVA, 2002, p. 137). Os anos pós 1990 foram marcados por conflitos de classes e, concomitantemente, intensificou-se a ofensiva contra o MST, com o objetivo de inviabilizar a Reforma Agrária por meio da desqualificação dos assentamentos (PEGO, 2008).

Os movimentos sociais passaram a buscar a construção de uma unidade política para enfrentar as contradições e organizar práticas sociais de resistência no campo. Nesse contexto, o MST tem-se constituído como o maior Movimento Social Popular do Campo, no Brasil e na América Latina. Está presente em 24 Estados brasileiros, cerca de dois milhões de pessoas, uma média de 350 mil famílias assentadas, e 160 mil acampadas, fazem parte da sua base social.

O movimento social também é produzido pela sociedade de classe, os sujeitos sociais do campo na sociedade brasileira, ao lutarem pela terra, demarcam que a luta pelo trabalho e pela educação é processo indissociável da luta pela transformação social. Como a escola é também uma produção social, reproduz-se essa dicotomia entre campo e cidade, entre escola para as populações da cidade e as do campo. Afirma Arroyo (2006, p. 129) que “[...] o direito à educação não acontece por si só. É um dos direitos mais entrelaçados com a totalidade da produção da existência. [...] é inseparável da totalidade dos direitos humanos.”

Em sua luta, o movimento conquistou cerca de “[...] 2.000 escolas públicas nos assentamentos em todo país. Mais de 200 mil crianças e adolescentes Sem Terra estão estudando, cerca de 95%, a partir do currículo especial para jovens do campo.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2008).

O MST compreende que o projeto educativo construído não se limita à educação escolar e à prática de ensino. Na concepção de educação do MST, os espaços privilegiados nos processos de formação humana é a prática social, o que implica em outras relações, as quais englobam: “[...] educação e vida produtiva; formação humana e cultural; relação entre educação e história; a escola como um dos espaços e tempos de formação humana” (ARAUJO, 2007, p. 98-99). Ou seja, conceber a educação humana, é pensar a educação como um processo social.

A proposta educacional do MST se fundamenta em cinco princípios, a educação deve ser: 1) para a transformação social; 2) aberta para o mundo e para o novo; 3) para o trabalho e a cooperação; 4) voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 5) como um processo permanente de formação/transformação humana. Tais princípios são os fundamentos dos objetivos estratégicos do trabalho educativo para o MST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1996, p. 6-10).

Analizamos que a política educacional no campo caminha na direção da área dos direitos, educação como direito universal. A educação propalada como um direito de todos norteia a política nacional denominada inclusiva e que, afirma o legislador, almeja a efetivação da igualdade constitucional. A justificativa oficial é que a promoção da inclusão de grupos notoriamente discriminados, visando superar o processo de exclusão historicamente a eles imposto, deve ser realizada por intermédio de políticas de ações afirmativas e compensatórias.

As principais práticas educativas articuladas na construção de políticas sociais públicas de educação nas áreas de reforma agrária têm-se efetivado com subsídio de programa educacional. A realização dessas práticas educativas deve-se, em parte, às parcerias com escolas técnicas/institutos das universidades federais e estaduais, ministérios e órgãos públicos. Outra política de educação é a conquista da Escola Itinerante, que visa garantir o acesso à escola pública para as crianças sem-terra nos acampamentos, bem como sua manutenção, e a Formação dos Educadores, no caso do Paraná, articulada com a Secretaria Estadual de Educação.

Em consonância, o foco da política nacional volta-se à integração e à inclusão educacional desses sujeitos na rede regular de ensino, alinhando-se à tendência mundial que preconiza a oferta de educação básica para todos. Essa questão é visível na Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, expressando que se “[...] deve garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico” (BRASIL, 2002, p. 42).

O conceito de educação do campo é novo, próprio do nosso tempo histórico, e decorre da luta e mobilização das populações do campo na década de 1990. Pode ser compreendido e discutido no contexto do seu surgimento, na luta “[...] por uma política educacional para as comunidades campone-

sas [...] precisando tomar posição no confronto de projetos de campo [...]” (CALDART, 2008, p. 72).

Na perspectiva dos Movimentos Sociais Populares do Campo, a luta pelo direito ao trabalho, à educação e por políticas públicas para efetivar a construção da escola no e do campo é uma das ferramentas de luta dos trabalhadores organizados dessa região. Não se trata mais de uma educação para o povo do campo e sim de uma educação do e no campo. “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2005, p. 27).

A Reforma Agrária defendida pelo MST aponta a agroecologia como alternativa econômica e ambiental. Esta é assumida como base teórico-metodológica vinculada à formação de militantes-técnicos, comprometidos e habilitados para atuarem nas áreas de reforma agrária e comunidades do campo. O MST/PR, participante dessa compreensão, tem desencadeado ações para consolidar práticas educativas em agroecologia, visando à formação política e técnica dos sujeitos sem-terra no Estado do Paraná (LIMA, 2008). Compreende-se que a agroecologia é estratégica para o desenvolvimento dos assentamentos, possibilitando garantir certa autonomia aos agricultores e suas organizações.

3 Práticas educativas em agroecologia do MST/PR

O MST/PR, a partir dos anos de 2002, tem desenvolvido cursos formais, com a intervenção dos trabalhadores organizados, em parceria com instituições públicas de ensino e, parcialmente, com recursos do Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária (Pronera). Tal programa “[...] é uma política pública de educação dirigida a trabalhadores e trabalhadoras das áreas de reforma agrária [...]” (SANTOS, 2008, p. 11).

As práticas educativas em agroecologia do MST/PR são organizadas visando formação de estudantes articulados à perspectiva da atuação do militante-técnico, atendendo à necessidade de contribuir na organização dos assentamentos de reforma agrária e de outros espaços formativos nas comunidades do campo.

A forma de organizar e de efetivar o fazer educativo na formação de militante-técnico em agroecologia prioriza o princípio da práxis educativa, a manutenção do vínculo com o trabalho e a construção de um vínculo orgânico entre escola, curso e a prática do movimento social. Os fundamentos assumidos pelas práticas educativas em agroecologia devem possibilitar que sujeitos que vivenciam o processo formativo dêem conta de fazer a leitura da realidade, “desnaturalizando” a visão de mundo do capital e das relações sociais burguesas. Estabelece-se a relação indissociável entre trabalho e educação no intuito de contribuir para formar sujeitos protagonistas, que se oponham à formatação da sociedade de classe e de sua manutenção.

Redireciona o tempo/espaco-escola mediante estratégias pedagógicas, pelo processo de gestão, entendido aqui como auto-organização e trabalho. Busca a participação de todas as pessoas, educandos e educadores, na organização e construção dos processos formativos, que abrangem as atividades da educação escolar – cursos formais –, o trabalho na produção e os trabalhos de serviços gerais necessários à organização na vida coletiva.

Nessa perspectiva, as práticas educativas têm-se constituído fundamentalmente em proposta de educação entendida como processo social, que se pauta em organização coletiva, por entender que a forma de organizar e garantir o fazer educativo tenciona as relações sociais que se manifestam na vivência. De acordo com Gliessman (2005, p. 53-54), é requerida uma abordagem nova “[...] da agricultura e do desenvolvimento agrícola, que se construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local” em concomitância com a exploração de conhecimento e métodos ecológicos modernos. “Esta abordagem é configurada na ciência da agroecologia, que é

definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2005, p. 53-54).

O referencial teórico acerca da agroecologia tem sido incorporado no debate, na elaboração e construção de práticas educativas para a formação de militantes-técnicos e, também, para a organização dos processos produtivos em áreas de reforma agrária. Os centros/escolas de formação, na perspectiva do MST/PR (2006), devem constituir-se em espaços possíveis de realizar a formação e a educação, objetivando a apropriação do conhecimento histórico, científico e técnico. Associadas à formação política e técnica, têm realizado as práticas educativas, conhecidas como cursos formais de técnicos de nível médio, pós-médio e de tecnólogos em agroecologia. Visa possibilitar que estudantes e egressos possam constituir-se em militantes técnicos ao acompanharem as famílias sem-terra nas áreas de reforma agrária, na perspectiva da organização, da produção e dos assentamentos. O percurso de seis anos de trabalho dos sujeitos envolvidos nos processos formativos no MST/PR possibilitou que as práticas educativas em agroecologia proporcionassem a formação de 185 militantes-técnicos habilitados para intervir na produção agropecuária nas áreas de reforma agrária e nas comunidades do campo.

Conforme registra o CEAGRO (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA, 2008), no ano de 2009, em processos formativos, havia nove turmas no Curso Técnico em Agroecologia, envolvendo, em média, 270 estudantes nos centros/escolas de formação do MST/PR.

Com fundamento na metodologia de formação desenvolvida nas práticas educativas, cada educando e educanda é desafiado a acompanhar, desde o início do curso, aproximadamente 50 famílias, dando contribuição técnica e organizativa em assentamentos e em comunidades do campo. Durante o tempo em que permanecem nas comunidades, são desafiados às atividades práticas e organizativas, estabelecendo uma relação com a comunidade da

qual fazem parte. Também contribuem para o desenvolvimento do campo e para a construção da agroecologia.

As práticas educativas em agroecologia do MST/PR foram se forjando na construção de outras relações de formação humana, a partir da organização do trabalho pedagógico com o pressuposto de um projeto histórico, que almeja trabalho e educação para “além do capital”. Tais práticas são articuladas por princípios comuns na organização do trabalho pedagógico, que evidenciam uma contraposição à educação para a conformação e defendem uma educação que visa à emancipação humana.

A formação em agroecologia é desenvolvida em centro/escola de formação do MST/PR e na Escola Latina de Agroecologia. A seguir, são apresentados os centros/escolas de formação do MST paranaense.

A Escola Iraci Salete Strozak é o primeiro Centro/Escola do MST/PR, fundada em 1993, situa-se em Cantagalo e a Escola Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, estão vinculadas ao Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente (CEAGRO). A Escola José Gomes da Silva, pertencente ao Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itepa), constituída no ano de 2000, está localizada no Município de São Miguel do Iguaçu. A Escola Milton Santos (E. M. S) foi fundada em 2002, na cidade de Maringá. A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) foi formada no ano de 2005, em conjunto com os Movimentos Sociais Popular do Campo. É vinculada à Via Campesina, a qual é responsável pela realização do Curso de Tecnólogo em Agroecologia. A ELAA pertence ao Instituto Latino Americano de Agroecologia, Educação e Pesquisa da Agricultura Camponesa (ICA), localizada no Assentamento Contestado, Município da Lapa.

A partir de 2007, os centros/escolas de formação passaram a articular atividades em comum com a Casa Familiar Rural Padre Sasaki, sediada no Município de Sapopema, no Estado do Paraná, que iniciou as atividades em 1994. Tal casa prioriza a família e sua realidade, trabalha com um processo

educativo que se articula com a Pedagogia da Alternância e é regida por uma associação de agricultores, na sua maioria formada por pais de alunos. Esta, por sua vez, está vinculada à Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar-Sul). A formação oferecida, até o ano de 2005, era no Ensino Fundamental Supletivo (duração de três anos) e em Agropecuária. Em 2006, foi aprovado o Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante e passou a formar o Técnico em Agropecuária, com ênfase em Agroecologia.

Os centros/escolas de formação não estão legalizados como escola ou como instituição de ensino. São denominados com essa identidade por meio da atribuição de um significado dos próprios sujeitos sem-terra. Nesses espaços, realiza-se a educação escolar dos estudantes, de acordo com a estrutura curricular de cada curso formal, mas as práticas educativas – cursos formais – são certificados em parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR), atualmente, representada pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), que certifica e contribui de modo relevante na construção dos cursos e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por intermédio dos recursos do Pronera. O Curso Técnico da Casa Familiar Rural Padre Sasaki tem a certificação do Governo do Estado do Paraná.

Nesses espaços, além dos Cursos Técnicos em Agroecologia, ocorreram e ocorrem outras atividades formativas, como encontros, seminários, cursos e reuniões de interesse dos seus sujeitos e parceiros.

4 Dimensões formativas das práticas educativas em agroecologia do MST/PR

De acordo com o material do MST (2006), nas práticas educativas em agroecologia, a intencionalidade formativa deve ser assumida como um processo de transformação humana para a prática de novos valores, de caráter humanista e socialista. Os princípios pedagógicos buscam efetivar a relação

entre a prática social e a teoria estudada, refletindo sobre a realidade social, que se constitui em base para a produção e socialização de conhecimento e de transformação social.

Tais práticas educativas têm por objetivo geral estabelecer uma proposta de educação para a classe trabalhadora, em que as técnicas e as ciências possam estabelecer parâmetros que ofereçam alternativas à agricultura convencional e que, portanto, proporcionem uma vida com dignidade ao ser humano (MST, 2006). Para tanto, seu método pedagógico é organizado a fim de garantir a formação técnica, política e a capacitação das pessoas que dela participam. O objetivo é possibilitar o desenvolvimento da consciência organizativa e política de forma combinada com as dimensões identificadas da formação humana.

Quanto à especificidade dos cursos formais – Técnico em Agroecologia, na modalidade de Pós-Médio, Ensino Médio Integrado e Tecnólogo em Agroecologia –, a organização do trabalho pedagógico acontece em regime de alternância. Há, simultaneamente, atividades teóricas e práticas no tempo/espaço escola e períodos de atividades de estágio no tempo/espaço comunidades nas áreas de reforma agrária e nas comunidades do campo de origem dos educandos. Esses períodos, denominados Tempo Escola e Tempo Comunidade, são compreendidos como tempos contínuos do processo educativo.

O estudo de Lima (2008), sobre a articulação dos eixos metodológicos que fazem parte do Projeto Político do Campo, identifica os principais eixos na formação do militante-técnico: a) o Regime de Alternância; b) o Trabalho como Elemento Pedagógico Fundamental; c) a Formação Integrada ao Processo Produção; d) a Organização dos Tempos Educativos; e) a Organização de Coletivos; f) a Relação Escola e Comunidade como Elemento Estratégico; g) a Qualificação Aliada à Escolarização e à Formação Política.

As práticas educativas criadas visam formar pessoas para contribuir na construção do movimento social e nos assentamentos de Reforma Agrária. Atendem à demanda de escolarização da juventude do campo, são vinculadas

ao Ensino Médio Integrado, Pós- Médio, ao Ensino Superior e a um Projeto Educativo articulado à educação escolar, política e técnica em agroecologia. Esses elementos se associam com a necessidade do MST de formar militantes que tenham o domínio do conhecimento histórico e científico para atuar nos acampamentos e assentamentos, qualificando-os para acompanharem e prestarem orientações técnicas contribuindo na prática militante.

A estreita relação entre escola e comunidade pode ser identificada mediante o vínculo das práticas educativas com o MST, que se caracteriza como uma proposta de educação em construção do próprio Movimento Social. A relação é diferente de uma escola pública estatal, que tem programas e organiza espaços específicos para a comunidade frequentar e participar. Nos espaços dos centros/escolas de formação, onde são realizadas as práticas educativas, busca-se a construção do vínculo orgânico com o trabalho socialmente útil, o trabalho organizativo, a educação e a cooperação-produção. Essas atividades têm-se constituído em dimensões primordiais para e na formação dos sujeitos sociais do campo.

Na realização do processo educativo interligado ao regime de alternância, pretende-se que os participantes construam vínculo orgânico com a prática social e se apropriem dos conhecimentos sistematizados historicamente e do conhecimento empírico dos sujeitos do campo. Exercitam, assim, a interação desses processos mediante a práxis desses indivíduos com sua realidade, ou seja, a vivência com os conflitos, contradições, limites e dificuldades que são indissociáveis na construção de uma nova cultura.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de os sujeitos das áreas de reforma agrária – acampamentos e assentamentos –, que participam desse fazer educativo, constituírem-se, no decorrer do processo, em militantes-técnicos, à medida que vão compreendendo e construindo a agroecologia. Em síntese, é por meio do e no trabalho do profissional técnico junto à sua base social que será comprovada a veracidade da técnica, imersa em situações concretas dos trabalhadores do campo.

Em relação às principais práticas, funções e atuação dos estudantes e egressos no conjunto do MST, Lima (2008) entende que esses elementos podem ser assim sistematizados: a) a atuação em várias frentes de trabalho no Setor de Educação e de Produção, por meio do acompanhamento de educandos e do trabalho de acompanhamento técnico junto às famílias assentadas; b) inserção no debate e construção de práticas educativas, contribuindo na Coordenação Político-Pedagógica, no acompanhamento dos cursos formais nos Centro/Escolas de Formação do MST/PR; c) coordenação de processos produtivos nas áreas de reforma agrária, experiência de manejo e uso do solo com adubação verde e rotação de culturas, realização de caldas defensivas e fertilizantes; trabalhos topográficos nos assentamentos e capacitação de estudantes nas práticas educativas em agroecologia; incentivo à bovinocultura: produção de leite agroecológico; implantação de agroflorestas, participação em convênios de assistência técnica em conjunto com as instituições públicas, entre outros.

Dos processos organizados e conduzidos pelos egressos juntamente com os setores de trabalho do MST, podem ser destacados: a) contribuição no coletivo de acompanhamento político-pedagógico dos cursos formais; b) inserção no Setor de Produção dos centros/escolas de formação e o aprimoramento de experiências na área de energias renováveis; c) participação na direção do Setor de Produção de 500 famílias nas comunidades de origem, envolvendo-se na construção de um novo projeto de assentamento, cujas diretrizes organizativas e operativas fazem parte da construção de um novo método de trabalho, envolvendo os sujeitos ativos desses espaços; respeito ao meio ambiente e incentivo à agroecologia; d) atuação no Setor de Produção na orientação às famílias, desenvolvendo atividades teóricas e práticas sobre agroecologia junto a escolas públicas do Estado em assentamentos da Reforma Agrária (LIMA, 2008).

Estabelece-se a relação indissociável entre trabalho e educação, visando contribuir para formar sujeitos protagonistas que se oponham à formatação da sociedade de classe e sua manutenção. As práticas educativas em agroecologia proporcionam a organização e a realização de trabalho socialmente útil,

organizado coletivamente e na dimensão do estudo. O propósito é possibilitar que os sujeitos das práticas educativas participem do projeto educativo que contribui para a construção de uma educação que não internaliza os valores da ideologia dominante.

Os fundamentos assumidos pelas práticas educativas em agroecologia do MST/PR devem possibilitar que os participantes que vivenciam o processo formativo, possam fazer a leitura da realidade, “desnaturalizando” as relações sociais. São processos formativos na luta pela emancipação humana desenvolvidas na materialidade das práticas educativas em agroecologia do MST/PR, que tem proporcionado a formação de sujeitos sociais que contribuam na construção de projetos de produção alternativos no campo que se oponham ao projeto do grande capital.

5 Considerações finais

Na luta pela reforma agrária – pela qual perpassam as contradições e tensões presentes nos marcos da sociedade capitalista –, os sujeitos sociais do campo vivenciam a indissociável relação entre trabalho e educação. Os Movimentos Sociais do Campo, por meio das lutas sociais e da organização coletiva, ampliaram as conquistas por direitos sociais, influenciando os poderes públicos na implantação de políticas públicas para garantir o atendimento às necessidades educativas dos sujeitos do campo.

As práticas educativas em agroecologia do MST/PR contribuem para a formação desses indivíduos por mediação da práxis política organizativa desse movimento social. A consolidação dos centros/escolas de formação do MST/PR tem proporcionado a formação de egressos militantes-técnicos habilitados profissionalmente para intervir na organização e construção de processos de produção agropecuária, sob princípios ecológicos, em áreas de reforma agrária e nas comunidades do campo.

Compreende-se que as práticas educativas em agroecologia no MST/PR se concretizam em relações contraditórias, que expressam as relações sociais de produção da sociedade brasileira capitalista. Essas práticas fazem parte da sua ação política – fruto das contradições geradas por essa sociedade – na luta pela terra, concebendo-a como um dos meios necessários à produção da existência de milhares de trabalhadores do campo que foram expropriados pela classe dominante. A luta pela terra e pela reforma agrária no MST tem como perspectiva histórica a superação da sociedade de classes.

EDUCATIONAL POLICIES IN AND OF COUNTRYSIDE: EDUCATIVE PRACTICES IN AGROECOLOGY IN MST/PR

In this written piece, the mobilization of countryside collective individuals by public educational social policies was approached, as a result of the Countryside Social Movements praxis' in the search for the rights of material conditions to the production of the existence and the appropriation of the historic knowledge. The aim is to investigate the countryside educational policies present in formal education, in the modality after High School, Integrated Secondary School, and Technician in Agroecology, subsidized by the National Program of Education in Agrarian Reform. Thus, the educative praxis in Agroecology of Centres/Schools of education linked to the Landless Workers' Movement (MST, acronym in Portuguese) of Paraná State, Brazil, is investigated. It is said that such educative practices have made possible the political and technical education of present students, as well as graduated ones, in order that they contribute in the organization of the art and science of agriculture and farm ecology in the Agrarian Reform and Countryside Communities ranges.

KEY WORDS: Agroecology education. Countryside educational policies. Public education. Social movement and education.

Referências

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. *As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST*. 2007. 334 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ARROYO, Miguel G. Que educação básica para os povos do campo? *Boletim de Educação* – Edição Especial, Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária / ITERRA. *Educação básica de nível médio nas áreas de reforma agrária: texto de estudo*. São Paulo, ITERRA, n. 11, p. 137-149, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, através da Resolução 1/2002, institui as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básicas nas Escolas do Campo*. Brasília, DF, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Cadernos temáticos: educação do campo*. Curitiba, SEED, 2005. p. 23-34.

_____. Sobre a educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). *Educação do campo: campo- políticas públicas – educação*. Brasília, DF: Incra – MDA, 2008. p. 67-86.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA (CEAGRO). *Projeto rede de educação e pesquisa popular em agroecologia*. Santa Galo, PR, 2008. 23p. Digitado.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

LIMA, Aparecida do Carmo. *Relação escola e comunidade: estratégia metodológica na formação da Turma Karl Marx da Escola Milton Santos do MST/PR*. 2008. 99 f. Monografia (Pedagogia para Educadores do Campo)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, Francisco Beltrão, 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/Setor de Educação. *Princípios da educação no MST*. 3. ed. São Paulo: IECLB – Brasil, n. 8, p. 6-10, 1996. (Caderno de Educação).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST/PR). *Todo e toda sem terra estudando*. Jornada de Educação, Curitiba: [s.n.] , 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/MST *Agenda 2008*.
São Paulo: MST/Secretaria Nacional, 2008.

PEGO, Fátima Gomes. *Escola Milton Santos* – vivências educativas como parte do
processo de formação no MST/PR. 2008, 63 f. Monografia (Licenciatura em História) –
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SANTOS, Clarice dos Santos (Org.). *Educação do Campo*: campo – políticas públicas
– educação. Brasília, DF: Incra; MDA, 2008.

SILVA, Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo e a reforma agrária. In:
STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade
UFRGS, 2002. p. 137-143.

Recebido em 19 jan. 2010 / Aprovado em 21 jun. 2010

Para referenciar este texto

NOMA, A. K.; LIMA, A. do C. Política educacional no e do campo: práticas educativas
em agroecologia no MST-PR. *EccoS*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 141-158, jan./jun. 2010.